

Sobre o uso da variável raça/cor em estudos quantitativos*

Jerônimo Oliveira Muniz*

Resumo: A crescente inclusão da raça no debate público brasileiro, o aumento da sua disponibilidade em pesquisas de opinião e monitoramento, e a facilidade de inclusão da variável em modelos estatísticos tem provocado um paradoxo na importância da raça. Ao mesmo tempo em que a cor da pele vem ganhando relevância no debate político, ela também vem perdendo a sua importância substantiva como um construto social complexo e dinâmico por ser utilizada de forma superficial, como uma categoria permanente e imutável em estudos quantitativos. Este ensaio bibliográfico discorre sobre os fatores contribuindo para esta tendência levando em conta a literatura nacional e internacional produzida nos últimos dez anos. Neste ensaio crítico questiona-se o uso da raça em políticas públicas atentando-se para a sua confiabilidade, variabilidade e validade, e discute-se as limitações e potencialidades de uso da raça como um demarcador de diferenças. O ensaio conclui o argumento sugerindo uma agenda de pesquisa para aprimorar o entendimento e reduzir as incertezas associadas ao uso da variável raça em estudos quantitativos.

Palavras-chave: raça, cor da pele, Brasil, validade, confiabilidade, estabilidade, taxonomia, políticas públicas

Abstract: The growing salience of race in the Brazilian public debate, its increasing availability in surveys, and the ease of its inclusion as a variable in statistical models has generated a paradox in the importance of race. At the same time that skin color gains relevance in the political debate, it also loses substantive importance as a complex and dynamic social construct due to its uncritical use as a fixed, permanent and immutable category in quantitative studies. This critical essay addresses the factors contributing to this trend through examining the national and international literature produced in the last ten years. It interrogates the use of race in public policy focusing on issues of reliability, variability and validity, and discusses the limitations and potentialities of race as a marker of differences. The essay concludes the argument suggesting a research agenda to improve the understanding of and reduce the uncertainties associated with the use of race in quantitative studies.

Keywords: race, skin color, Brazil, validity, reliability, stability, taxonomy, public policy

* Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

*Jerônimo Oliveira Muniz é economista, mestre em demografia e Ph.D. em sociologia pela University of Wisconsin, Madison. Atualmente é professor adjunto do departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).. O autor é grato a Natália Bueno, Fabrício Fialho, Mara Loveman e Stanley Bailey pelos comentários e revisão. **Endereço para correspondência:** FAFICH, sala 4208, Av. Antonio Carlos 6627, Campus Pampulha, Belo Horizonte MG, Brasil, CEP 31270-901, E-mail: jeronimomuniz@gmail.com

Introdução

O uso da variável “cor”¹ em estudos quantitativos é cada vez maior. A incorporação de recortes raciais em debates e decisões políticas também. Nos Estados Unidos, este aumento é constatado em estudos sociológicos (NIEMONEN, 1997), demográficos (ZUBERI 2001, p. 94), e de saúde (WILLIAMS 1994; JONES et al 1991; LAGUARDIA 2004). Martin & Yeung (2003), por exemplo, investigaram a utilização da variável raça em Sociologia examinando a *American Sociological Review*, a revista de Ciências Sociais de maior prestígio nos Estados Unidos. Entre 1936 e 1999, eles constataram que o número de estudos empíricos levando em conta a variável raça aumentou de 8% para 40%, enquanto o número de artigos que não mencionam raça ou cor da pele diminuíram de 70,7% para 53,5% (p. 526).

No Brasil, observa-se tendência semelhante. No campo da Saúde Pública é cada vez maior o número de estudos ressaltando a relevância de diferenciais de acesso, morbidade e mortalidade por cor (ARAÚJO et al 2009), enquanto nos campos da Demografia, Sociologia, Economia e Ciência Política continua-se a enfatizar os diferenciais de fecundidade, reprodução, mobilidade social, educação, renda e participação política (PAIXÃO & CARVANO 2008; THEODORO 2008; RIBEIRO 2009; BUENO & FIALHO 2009).

A crescente adoção de recortes raciais em estudos quantitativos tem gerado duas linhas interdependentes de argumentação crítica por aqueles que estudam, e não simplesmente incorporam, a variável raça em suas análises. A primeira linha defende a importância de se entender a variável cor como um conceito volátil e socialmente construído, com significados sociais importantes para a definição de identidades e experiências vividas. Este argumento direciona-se àqueles que consideram a cor da pele como uma característica permanente e imutável. O argumento é que, ao trivializarem a incorporação da cor em análises de correlação, os pesquisadores que utilizam a variável raça reificam como fixo um conceito que é dinâmico, socialmente construído, e fenotipicamente atribuível. Ao não questionarem ou esclarecerem a origem, as implicações, o significado e a mensuração da raça, os usuários da variável estariam contribuindo para a banalização da mesma. Em uma segunda linha de argumentação, e como um corolário do fato da raça ser um construto social, tem-se questionado o uso da variável raça na tomada de decisões políticas atentando-se para a sua confiabilidade, variabilidade e validade. Afinal, sendo a cor uma característica social putativa contextual, é legítimo perguntar em que

1 Por concisão, os termos raça e cor [da pele] são utilizados como intercambiáveis e sem aspas ao longo do texto. Apesar de reconhecer que existem diferenças etimológicas e etnológicas quanto a definição dos dois termos, eles devem ser entendidos como sinônimos nesta discussão. Dependendo da área da ciência (social ou biológica) sabe-se que raça ou cor pode ser entendida como o que ela realmente é: uma característica de indivíduos e de grupos, socialmente definida e relacionada a distribuição de poder em uma sociedade, podendo variar ao longo do tempo, do espaço e do contexto social; ou senão como o que ela não é: uma característica biológica e inata, que pode ser utilizada para explicar, identificar e ranquear diferenças comportamentais, habilidades, e chances ao longo do ciclo de vida (SAPERSTEIN 2006, p. 57-58).

extensão ela pode ou deve ser utilizada como um demarcador confiável para a atribuição de benefícios e para a identificação de diferenças.

O propósito desta resenha crítica é apresentar e discutir estas duas linhas de argumentação à luz da literatura nacional e internacional produzida nos últimos dez anos, e tendo em vista a crescente adoção da variável cor em estudos quantitativos e em debates políticos. A primeira parte da resenha discorre sobre as razões que tem conduzido ao uso indiscriminado da variável raça em estudos quantitativos. A segunda parte debate o uso da variável raça em políticas públicas e faz um contraponto sobre a sua utilização como um mecanismo sinalizador de desigualdades e de alocação de privilégios. A terceira parte aponta as possibilidades e limitações desta variável em estudos quantitativos, sugerindo algumas potencialidades de análise que vem ganhando força nos Estados Unidos, mas que ainda têm sido pouco exploradas no Brasil. A parte final da resenha conclui a crítica sobre o uso da raça em estudos quantitativos e mostra que o embate entre estudiosos da raça – aqueles que investigam a dinâmica e formação das fronteiras raciais – e analistas raciais – aqueles que simplesmente empregam a variável em suas análises – é mais uma questão de abordagem, prioridade e foco da variável de interesse do que de incompatibilidade metodológica e negligência científica.

Sobre o uso da variável raça (ou cor) em estudos quantitativos

Desde *Casa-grande e Senzala* (FREIRE, 1933), vários autores se dedicaram a pensar as relações e a formação racial do Brasil (Oracy Nogueira, Antonio Sérgio Guimarães, Edward Telles, Donald Pierson, Carl Degler, Carlos Hasenbalg et cetera). Entretanto, ainda são raros os estudos que analisam a dinâmica das fronteiras raciais, a constituição de identidades raciais, os motivos que levam alguém a se classificar em uma ou em outra cor, e as razões que fazem com que alguém mude de uma para outra graduação de tom de pele ao longo da vida. Ao invés de questionarem a construção e dinâmica das categorias raciais, o que se tem observado é uma crescente incorporação da variável raça em estudos que a assumem como dada e “invariável”, fixa, permanente. A substância da raça, os fatores e contextos espaciais, temporais e culturais que afetam e tornam a cor da pele uma característica socialmente construída, têm sido pouco investigados. Há exceções a esta tendência (ex. BAILEY 2009; LOVEMAN & MUNIZ, 2007; SCHWARTZMAN, 2007), mas se examinarmos a massa de estudos feitos por demógrafos, economistas, cientistas políticos, profissionais de saúde, e mesmo por sociólogos, a conclusão de que a raça tem perdido importância como uma categoria a ser analisada, e não de análise, torna-se inevitável. Há assim um paradoxo de relevância. Ao mesmo tempo em que a raça ganha importância no debate político ao ser muito e superficialmente utilizada em estudos quantitativos, ela também perde importância ao ser utilizada sem profundidade. Uma série de razões

complementares tem contribuído para essa vulgarização da raça em estudos quantitativos.

A primeira delas está relacionada a maior disponibilidade da variável em pesquisas de opinião e monitoramento estatístico. Apesar de ao longo do tempo haverem tido mudanças nas opções de classificação, a informação sobre cor da pele vem sendo coletada pelos Censos Demográficos desde 1872. Neste ano a população foi classificada entre livre e escrava, cabendo ao recenseado livre definir a sua cor e a de seus escravos. Depois disso, a investigação sobre cor esteve presente nos Censos de 1890, 1940, 1950, 1960, 1980 e nos Suplementos de Mobilidade e Cor 1976, Educação 1982, Fecundidade 1984, Menor 1985 e no Suplemento de 1986. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD) também tem coletado anualmente a informação sobre cor da pele desde 1987, quando incluiu pela primeira vez no corpo básico da pesquisa a investigação sobre a cor (ARAÚJO, 1987). A partir de 1996 a inclusão da informação sobre raça/cor no Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) se tornou mandatória. A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, conduzida em grandes regiões metropolitanas do país, também coleta a raça ou cor desde dezembro de 2002 utilizando as mesmas categorias do Censo: branca, amarela, indígena, preta e parda. O mesmo tem sido feito pelo Censo Escolar a partir de 2005.

A informação sobre raça também foi coletada e analisada em pesquisas recentes e de periodicidade irregular, mas que tem possibilitado uma gama de perguntas relacionadas a raça que vão além do simples monitoramento da composição racial brasileira. Entram estas destacam-se a Pesquisa do Data Folha, realizada em abril de 1995, a Pesquisa Social Brasileira, realizada em 2002 e 2004 pelo DataUFF da Universidade Federal Fluminense, e a Pesquisa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, conduzida em 2002, 2005 e 2008 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Estas pesquisas recentes, em particular, tem servido de insumo para artigos científicos que mensuram a consistência entre metodologias distintas de coleta da informação sobre cor, e avaliam as implicações empíricas e sociais resultantes de uma ou de outra forma de classificação racial (BAILEY, 2008; BAILEY & TELLES, 2006; SIMÕES & JERONYMO, 2007; TELLES & LIM, 1998). Ao analisarem a cor da pele de um ponto de vista substantivo, indo além da simples dicotomização e “controle” da variável raça, estes estudos valorizam as implicações sociais que a raça pode ter em termos de percepções de desigualdade de renda, escolaridade, localização geográfica, segmentação ocupacional e outras características relevantes. Graças à diversificação das formas de coleta da informação racial contida nestas pesquisas, o foco da abordagem racial empírica vem avançando de mecanicista para substantivo, valorizando assim o aspecto construtivista da raça e as suas implicações sociais e estatísticas. Ao focarem nos motivos que levam à inclusão em determinada categoria racial, e nos componentes socioeconômicos, culturais e contextuais que conduzem ao deslocamento das fronteiras

raciais, estes autores valorizam a substância da raça. Valorizam aquilo que é essencial para a composição das categorias raciais, a sua substância.

A crescente inserção e diversificação das formas de coleta do quesito cor em *surveys* e pesquisas oficiais de levantamento estatístico tem corroborado o aumento de estudos substantivos, que não só “levam em conta” a raça, mas que também se preocupam em entender os significados e os fatores envolvidos na construção e dinâmica das fronteiras raciais. Os estudos substantivos valorizando a raça como objeto de análise, e não como algo a ser levado em conta, entretanto, ainda são minoria.

A segunda razão contribuindo para o aumento do uso da raça em estudos quantitativos está relacionada ao debate político vigente. A importância da raça e a sua crescente inclusão em pesquisas, é diretamente proporcional ao status atribuído a ela por políticos, pela mídia e pelo debate popular e acadêmico. A importância da raça no debate político é evidente se mencionarmos as várias conquistas ocorridas desde o final dos anos 80. Entre estas conquistas se destaca o estabelecimento de disposições antidiscriminatórias na Constituição Federal de 1988, que transformou o racismo em crime inafiançável, protegeu a manifestação das culturas indígenas e afro-brasileiras, determinou a proteção legal aos documentos e locais dos antigos quilombos e garantiu o reconhecimento das terras ocupadas pelos quilombolas remanescentes. Outra conquista são os projetos de lei de Cotas (PL 73/1999) e do Estatuto da Igualdade Racial (PL 3198/ 2000), já aprovados na Câmara e atualmente em votação no Senado.

No final de 2001, várias ações afirmativas foram implementadas para combater a discriminação e aumentar a participação de negros² em órgãos públicos, ministérios e universidades. Mais especificamente, decretos foram implementados para garantir que pelo menos 20 por cento de todas as posições administrativas no Ministério da Agricultura, e 30 por cento do orçamento ministerial fosse alocado para comunidades majoritariamente negras. Em 9 de outubro de 2001, a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro anunciou que 40 por cento das admissões na universidade estadual seriam reservadas para pretos e pardos. Um pouco antes, a mesma universidade havia reservado 50 por cento das vagas para estudantes provenientes de universidades públicas. Em dezembro do mesmo ano, o Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal Federal ordenaram que pelo menos 20 por cento dos consultores, funcionários e empregados fossem negros. Ações afirmativas também foram aprovadas para prover 20 bolsas anuais para estudantes negros no Instituto de Diplomacia do Rio Branco. Em 24 de março de 2002, o Ministério do Trabalho decretou que 20 por cento do orçamento do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT) fosse direcionados a profissionais negros. Em maio de 2002, o então

2 Na maioria dos decretos ministeriais o termo negro foi utilizado. A inclusão de pardos dentro do termo negros não é explícita e supostamente foi deixada a critério de auto identificação.

presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o Programa Nacional para Ação Afirmativa, propondo a adoção de mecanismos para promover a melhoria de “populações em desvantagem,” mas não implementou cotas ou metas específicas (HTUN, 2004; TELLES, 2004: 72). Supostamente, todas estas medidas seriam implementadas utilizando a cor ou raça auto declarada. Por fim, em 21 de março de 2003 criou-se a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) para reafirmar o compromisso “com a construção de uma política de governo voltada aos interesses reais da população negra e de outros segmentos étnicos discriminados.”³

Na última década o debate acadêmico ao redor da raça também se tornou mais organizado. Dois exemplos recentes são a criação do Observa, cujo o objetivo é “coletar, produzir, sistematizar e disseminar dados sobre políticas de ação afirmativa no campo educacional superior no Brasil” (<http://www.observa.ifcs.ufrj.br>); e a criação do Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER) em 2006, cuja a missão é “realizar pesquisas e atividades de extensão universitária voltadas ao tema das relações raciais” (<http://www.laeser.ie.ufrj.br>). Ambos os sítios possuem uma número considerável de artigos científicos e estatísticas que utilizam o recorte racial em suas análises. Juntamente com a criação de políticas raciais, essas duas iniciativas acadêmicas demonstram que se tem utilizado e se falado mais em raça. Com isso, maior tem sido também a propensão a se levar em conta, a se “controlar” a cor da pele, em estudos quantitativos.

A terceira razão contribuindo para que a cor da pele seja cada vez mais considerada em estudos quantitativos está relacionada com a crescente implementação de métodos estatísticos de análise. Por um lado, modelos de correlação e regressão facilitam o grau de sofisticação e rigor analítico ao permitirem o isolamento de determinados efeitos de interesse. Mas por outro lado, também facilitam a utilização e controle da variável cor sem que considerações substantivas quanto ao real significado da variável raça sejam feitas.

Modelos de regressão são particularmente valiosos por permitirem a elaboração de cenários contrafactuais que ajudam a responder “o que aconteceria se” as características individuais e contextuais fossem outras, supondo que tudo o mais permaneça constante. Simulações deste tipo são a melhor maneira de se aproximar modelos de associação a modelos de inferência causal. Quando unidades idênticas de estudo são expostas às mesmas condições e posteriormente avaliadas de maneira similar, quaisquer diferenças advindas da intervenção cujo efeito se quer avaliar podem então ser medidas de maneira válida e sem a influência de confundimentos das variáveis de controle.

No caso da cor da pele, por exemplo, seria necessário que indivíduos classificados em categorias

3 Ver http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/sobre/

raciais distintas fossem idênticos em todas as suas outras características no início do experimento para que inferências causais relativas a cor pudessem ser feitas. Caso contrário, isto é, na ausência de condições iniciais de igualdade, pouco poderia ser dito ou inferido sobre o que analistas empíricos gostam de chamar de “efeito raça”. Como a raça de uma pessoa não pode ser experimentalmente alterada, ela também não pode ser considerada uma causa, com um efeito bem definido e distinguível de fatores socioeconômicos e experiências contextuais vividas. Para que esse tipo de inferência fosse feita seria preciso que as unidades amostrais de análise fossem idênticas em tudo, exceto na sua cor⁴. Quando estas condições de igualdade não são satisfeitas, regressões e modelos estatísticos só são capazes de indicar diferenças a serem explicadas, não causas. O papel causal da raça está na sua habilidade em revelar diferenças sócioeconômicas em diversos segmentos da população, e não em explicá-las (HOLLAND, 2008).

As estimativas de discriminação salarial por raça, por exemplo, são comumente inferidas através de modelos de regressão padronizados (ex. Oaxaca-Blinder) capazes de isolar os fatores relacionados à produtividade (escolaridade, experiência) para determinar o salário dos empregados. Esta técnica fornece estimativas não-enviesadas da disparidade média salarial em diversas categorias, incluindo o coeficiente residual atribuído à raça. Estes modelos, entretanto, não captam nenhum dos indicadores que seriam essenciais para se concluir que há discriminação no mercado de trabalho, tais como o tratamento racial dado aos empregados por seus empregadores, a percepção das relações de trabalho, e as respostas de ajuste e adaptação dos atores envolvidos (STEWART, 2008, p. 120). Para isso, estudos qualitativos seriam mais indicados.

A perversidade da abordagem estatística formal é relegar a raça a uma simplicidade dicotômica isenta de complexidades e significados. Brancos de um lado, pretos e pardos de outro, indígenas e amarelos ignorados. Quando simplesmente utilizada como variável independente, a cor da pele se transforma em coisa, em uma fonte de heterogeneidade a ser controlada para evitar a contaminação da associação entre a variável resposta e covariáveis mais relevantes. No segundo semestre de 2001, por exemplo, 67 por cento das publicações da *American Sociological Review*, *American Journal of*

4 Devah Pager, da Universidade de Princeton, tem publicado vários estudos que tentam isolar através de designs experimentais o efeito da raça. Veja, por exemplo, Pager (2003), "The Mark of a Criminal Record", e Pager, Western e Bonikowski (2009), "Discrimination in a Low Wage Labor Market: A Field Experiment." No Brasil, Antonio Sérgio Guimarães e Nadya Araujo Guimarães tentaram conduzir estudos experimentais mas não tiveram sucesso devido ao custo e às dificuldades metodológicas impostas pelo contexto brasileiro. Para mais informações veja Guimarães e Guimarães (2000), "Tratamento Desigual de Brancos e Negros na Procura de Empregos na Região Metropolitana de São Paulo. Documento de Trabalho no. 3. Avaliação do Pré-teste do Experimento. Projeto Ford/ USP. Disponível através do site: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Tratamento%20desigual%20de%20brancos%20e%20negros%20na%20procura%20de%20empregos%20na%20Regiao%20Metropolitana%20de%20Sao%20Paulo.pdf>

Sociology, Social Forces e Demography incluíram a raça em modelos de regressão sem fazer qualquer menção quanto ao seu significado ou implicação (JAMES, 2008, p. 43).

Além de induzir para a conceitualização da raça como uma característica fixa, a adoção de modelos de regressão, ou mais especificamente, a adoção da variável indicadora da raça em modelos de regressão, tem gerado uma inércia metodológica generalizada. Como a informação sobre cor da pele é cada vez mais prevalente em pesquisas sociais, o custo de se “controlar” por raça em modelos de regressão é baixo, bastando para isso que se adicione uma *dummy* sinalizadora na especificação do modelo, sem se considerar as especificidades raciais separadamente ou através de termos interativos. Como decorrência, tem ocorrido uma legitimação do processo no qual a raça tende a ser considerada sem ser estudada ou questionada, e isso tem contribuído para aumentar a propensão a levá-la em conta de forma “ampla, porém rasa” (MARTIN & YEUNG, 2003).

O efeito raça, casualmente deduzido de tabelas descritivas, de contingência, e de modelos de regressão, induz no imaginário do leitor uma relação causal vinculada a comportamentos específicos de determinados grupos raciais, ou equivalentes a alguma escala nominal (ex. o efeito de ser branco equivale a dois anos de estudo) que, além de transferir a atenção para sugestões causais, também reforçam estereótipos ao assumir que categorias raciais são homogêneas. O efeito raça desvia a atenção de situações complexas e as simplifica numa variável capaz de hierarquizar as chances ou possibilidades de eventos do ciclo de vida, sem dar importância à construção ou estabelecimento de relações raciais que levam alguém a se incluir em determinada categoria racial. O efeito raça, portanto, desvaloriza a formação racial ao simplificar um processo que é complexo e multifacetado, estabelecendo assim uma sociologia da raça vasta e superficial, “ampla e rasa”.

É preciso lembrar-se que métodos quantitativos nem sempre são ferramentas objetivas, pois o emprego incorreto de estatísticas raciais pode legitimar o uso de metodologias que perpetuam a banalização da raça como categoria de controle, e não como categoria de análise substantiva. Dados e modelos de regressão podem sinalizar *o que* está acontecendo em determinadas categorias raciais, mas dizem pouco sobre *porque* está acontecendo (ZUBERI, 2008, p. 6).

Sobre o uso da raça em políticas públicas

Sendo variável, a cor da pele não pode e nem deve ser entendida como imutável no tempo, mas sim através das condições sociais que permeiam percepções subjetivas, individuais e de terceiros. Comparar a variável raça ao longo do tempo ou quaisquer resultados de interesse associados a ela significa também comparar mudanças no significado social da variável raça ou cor. Ideal seria que a variável raça fosse contextualizada e entendida em contextos históricos e sociais próprios. Quando nos

esquecemos que a variável raça não é apenas o resultado da auto-designação, mas também o resultado de escolhas internalizadas auto-impostas por um contexto externo, a confecção de estudos sociológicos passa a reforçar e a ser parte de um sistema de estratificação social. Perceber a variável raça como uma característica fixa, e não como uma marca flexível de status social, é particularmente problemático para a implementação de políticas públicas que utilizam a cor da pele como um demarcador de benefícios e vantagens compensadoras de desigualdades sociais. Utilizar a raça em políticas públicas é problemático por três razões.

Primeiro, políticas públicas imediatistas nem sempre levam em conta a especificidade contextual ao definirem suas regras de implementação. Qual seria, por exemplo, a fundamentação empírica para que 20, 30, 40 ou 50 por cento de determinado orçamento ou número de vagas sejam destinadas a negros? Que tipo de estudo de demanda, se algum, é realizado previamente para definir estas constantes de proporcionalidade e alocar tais benefícios? A definição destes percentuais não deveria considerar a especificidade do contexto no qual o benefício é proposto? Será que o percentual de cotas sugerido leva em conta o tamanho da disparidade que se quer reduzir? Mesmo que estes percentuais fossem fundamentados em análises rigorosas, é preciso se ater ao fato de que números destinados a este propósito seriam derivados de amostras populacionais e amostras são específicas para regiões e contextos sociais particulares, o que dificulta consideravelmente o estabelecimento de políticas federais universais. Seria ineficaz e perverso alocar, por exemplo, 20 por cento das vagas universitárias para negros em uma região onde apenas cinco por cento da população autodeclarada negra tenha terminado o ensino médio e onde a proporção de pobres, independentemente da cor, seja similar. É preciso que o espaço de implementação de políticas raciais seja considerado de maneira rigorosa e sistemática para evitar que propostas de mitigação de desigualdades raciais sejam elaboradas e sugeridas de forma descontextualizada e implementadas de maneira sub-ótima.

A segunda razão que torna a raça um sinalizador impróprio para políticas públicas está vinculada ao seu dinamismo temporal. Por ser um atributo socialmente construído, influenciável por contextos, experiências passadas, interações sociais vividas, percepções e status, os números associados a raça utilizados para descrever a composição populacional, acompanhar tendências e mensurar a eficácia de políticas não são estritamente confiáveis. Por se alterar ao longo do tempo e ser de difícil mensuração, a cor da pele, sozinha, não é uma fonte segura de informação e muito menos um critério objetivo para a concessão de benefícios.

Carvalho, Wood e Andrade (2004, p. 331), por exemplo, apresentam evidência de que grande parte dos autodeclarados pretos em 1950 se reclassificaram como pardos em 1980. Em particular, após estimarem o quanto a população deveria crescer em cada categoria racial apenas por fatores

demográficos e, ao compararem suas projeções com a população de fato observada, eles estimaram um déficit populacional de 38 por cento na categoria dos pretos e um ganho de 34 por cento na categoria dos pardos, o que segundo eles seria um forte indício de reclassificação.

No Brasil, a instabilidade racial é agravada pela presença dos pardos, que podem pertencer tanto ao grupo dos brancos quanto ao grupo dos pretos. Quando forçados a escolher apenas entre as categorias branco ou preto, a população parda tende a se dividir igualmente entre as duas opções de autoclassificação (BAILEY, 2009). Recortes raciais dicotômicos impostos, tal como agrupar pretos e pardos na mesma categoria, podem comprometer o entedimento e a descrição de determinada variável caso pardos tenham características diferenciadas daquelas do grupo ao qual foram forçados a fazer parte. Lançando mão do corte de linha de pobreza, por exemplo, “dos quase 57 milhões de brasileiros pobres, são brancos 34,2%, são pardos 58,7% e são pretos 7,1%. O truque de somar pardos com pretos, denominando-os negros, faz 65,8% dos pobres. Se criássemos a categoria branquelos, como resultado da soma de brancos mais pardos, teríamos 92,9% de branquelos pobres” (LESSA, 2007, p. 124).

A categoria pardos, ao funcionar como uma válvula de escape para os incertos, contribui para aumentar a instabilidade temporal classificatória. A mistura racial, representada pelos pardos, contribui para a ausência de distinções raciais claras e impossibilita assim a implementação de intervenções direcionadas a grupos raciais específicos (BAILEY, 2008; TELLES, 2004; TELLES & SUE, 2009).

A terceira razão para não se utilizar a cor da pele como um sinalizador único de (des)vantagens na confecção de políticas compensadoras está associada à sua incapacidade de apontar o âmago das desigualdades. A cor da pele é um demarcador imperfeito de desigualdades. Sendo a raça apenas uma aproximação para a demarcação de diferenças de renda, mobilidade social, estado de saúde e acesso a serviços, não se pode afirmar que ao se observar a raça, seja ela autodeclarada ou imputada por terceiros, se está de fato observando desigualdades reais nestas dimensões. Ser classificado em uma ou outra categoria racial pode ter algum impacto específico, mas na medida em que o nosso entendimento do que estas categorias significam mudam, também mudam as conclusões das nossas análises estatísticas.

Os dados do IBGE e de outras pesquisas mostram que, *em média*, pardos e pretos encontram-se em desvantagem socioeconômica quando comparados aos brancos, mas isso não significa que todos os pardos e pretos encontram-se em desvantagem e nem indica que, entre todos os fatores geradores de desigualdade, os raciais sejam os mais importantes deles. Vários estudos mostram que o principal componente da desigualdade de renda está mais associado à escolaridade, à posição na ocupação e ao setor de atividade do que à raça (BARROS & MENDONÇA, 1995; RAMOS & VIEIRA, 2000; BARROS *et al.*, 2002). Além disso, também há evidência demonstrando que as desigualdades de renda

entre brancos, pardos e pretos são muito pequenas nos primeiros decis de renda, o que sugere que a maior parte da diferença *média* de renda entre grupos raciais se deve ao hiato presente na parte superior da distribuição (ARIAS, YAMADA & TEJERINA, 2004).

Seria injusto e ineficiente usar somente a cor da pele para decidir quem deve ter prioridade de acesso a determinado benefício ou serviço. Somente com a cor da pele corre-se o risco de catalisar-se ao invés de mitigar-se a desigualdade que de fato se quer alterar. Para a implementação de políticas seria melhor que se utilizasse a própria dimensão cuja desigualdade se quer diminuir, levando-se em conta suas especificidades contextuais e temporais, ao invés de se empregar a raça como um sinalizador universal de diferenças. Nesse sentido, as cotas sociais, atualmente adotadas por várias universidades do país, são uma opção mais sábia do que o critério monotônico e dicromático inicialmente vislumbrado.

Limitações e possibilidades de uso da variável raça

Como medida quantificável, as limitações da raça estão vinculadas ao seu uso, interpretação e propósito analítico. A raça, tal como inserida em modelos de descrição e inferência, não está isenta de variações temporais, espaciais e contextuais. É preciso ficar claro que ela não é uma característica fixa e imutável, e muito menos determinística. A raça não possui efeitos causais. Ninguém possui renda média elevada, chances maiores de se casar, ter acesso a serviços de saúde ou entrar na faculdade porque é (auto)classificado como branco. Ninguém possui habilidades inatas para jogar futebol, ser um bom cantor, desenvolver certa morbidade, ou ser discriminado no emprego por ser preto, pardo, branco, amarelo ou indígena. O que realmente importa é como a sociedade responde à identificação racial individual. A questão pertinente está mais ligada às respostas da sociedade propriamente ditas do que à aparência inata dos indivíduos. A identidade racial, e as respostas dadas a ela pela sociedade, são uma função do status social compartilhado, e não das características individuais. A raça não é necessariamente o reflexo da cor da pele de um indivíduo, mas sim o reflexo da relação entre indivíduos e outras pessoas da sociedade (ZUBERI, 2008, p.7).

A limitação da raça está na falta de entendimento do seu real significado por parte do analista e daqueles que a utilizam de maneira inapropriada. Como um indicador de heterogeneidades socioeconômicas, a variável raça serve ao seu propósito de monitoramento, acompanhamento e indicador de diferenças desde que o seu dinamismo seja (re)conhecido. A aplicação do conceito de raça é hoje uma necessidade teórica e prática nos estudos e processos sobre identidade étnica, conquista de direitos e justiça social de grupos fenotipicamente distintos. Nesse sentido, a erradicação do racismo e a luta contra a raça como um critério de segregação social e de exclusão de oportunidades requer que o

termo – ou conceitos correlatos, como cor e fenótipo – seja mantido nas coletas de dados e nos registros e notificações das instituições, públicas ou particulares, ao menos enquanto perdurar a situação de flagrante desigualdade. É crucial, entretanto, que ao se utilizar a cor da pele como um “controle de confundimento” em análises de regressão, ou como um indicador de diferenças demográficas e socioeconômicas, se esteja atento para a natureza volátil da raça ao longo do tempo e do espaço. É necessário também que se reconheça o impacto que diferentes instrumentos ou formas de coleta podem ter sobre a informação racial já que isso pode afetar de maneira relevante o retrato empírico da composição populacional por raça e a percepção de variáveis distribuídas segundo a cor da pele (ex. renda, fecundidade, esperança de vida, mobilidade social, acesso a universidade e participação política).

Reconhecer as limitações do uso da variável raça em estudos quantitativos e em políticas públicas, entretanto, representa apenas o primeiro passo para se começar a entendê-las. Para evitar que a variável raça continue a ser utilizada de maneira banal, ainda que com ressalvas quanto ao seu dinamismo e natureza socialmente construída, o mais progressista seria que começássemos a estudar e a mensurar os fatores individuais e contextuais que contribuem para o estabelecimento e mudança das fronteiras raciais, assim como o impacto que isso pode vir a ter sobre o nosso entendimento das desigualdades. Para ilustrar e esclarecer o meu argumento, é conveniente que se examine o foco e a abordagem de alguns estudos recentes publicados nos Estados Unidos. Estes estudos podem ser divididos em quatro categorias: 1) os que se preocupam em medir o grau de consistência entre diferentes medidas de raça e o impacto que isso pode ter em medidas de desigualdade (TELLES & LIM, 1998; SAPERSTEIN, 2006; SAPERSTEIN & SYKES, 2008); 2) os que incorporam e constroem medidas multidimensionais de raça para considerá-la como uma medida complexa e multifacetada (SAPERSTEIN, 2008; BURTON, NANDI & PLATT, 2010); 3) os que se preocupam em entender como e porque algumas pessoas se classificam ou são classificadas de diferentes maneiras ao longo do tempo (PENNER & SAPERSTEIN, 2008); e 4) os que adotam uma metodologia analítica capaz de incorporar o contexto social e a dimensão temporal em estudos sobre discriminação e desigualdade (HORTON & SYKES, 2008).

Ao estudar o impacto que a raça autodeclarada e aquela coletada pelo entrevistador podem ter sobre a desigualdade de renda nos Estados Unidos, Saperstein (2006) mostra que a inconsistência classificatória pode levar a diferentes conclusões sobre a grau de desigualdade. Em parte, isso ocorreria porque alguns não-brancos mais escolarizados e com maior poder aquisitivo estariam se autotransferindo para a categoria branca. Interessante notar que, mesmo a consistência da informação entre raça autodeclarada e observada sendo superior a 96 por cento, ainda há espaço para divergências de

resultados quando se analisa o grau de desigualdade nos dois métodos de classificação. No caso brasileiro, um estudo utilizando dados do Rio Grande do Sul mostrou que as desigualdades étnico-raciais foram “discretamente maiores quando cor/raça foi aferida por observador externo” (BASTOS *et al*, 2008, p. 332). Resultados similares foram obtidos por Telles & Lim (1998) ao utilizarem dados representativos do Brasil urbano.

Na segunda linha de estudos está a tese de doutorado em Sociologia escrita por Saperstein (2008). Na tese, a autora argumenta que uma abordagem multidimensional para a mensuração da raça pode revelar padrões de desigualdade mais claros do que quando apenas uma medida é empregada. Usando uma técnica estatística conhecida como análise de classes latentes (*latent class analysis*), ela demonstra que a raça não é simplesmente o que pensamos que somos, mas também como somos percebidos pelos outros. Ao combinar estas duas dimensões, ela sugere que ganha-se uma visão mais completa do retrato racial norte americano e de como ele tem se alterado ao longo do tempo.

No terceiro grupo está um estudo comprovando que a raça é de fato uma construção social fluida. Utilizando dados da *National Longitudinal Survey of Youth* (NLSY) coletados ao longo de vinte anos, Penner & Saperstein (2008) mostram que pessoas desempregadas, encarceradas, ou em situação de pobreza são mais propensas a se identificarem e a serem identificadas como negras do que brancas, independentemente da classificação racial coletada no passado.

Por fim, na quarta categoria, Horton & Sykes (2008) sugerem uma maneira original de se modelar o conceito de racismo levando-se em conta os níveis micro e macro a partir da abordagem hierárquica. A principal vantagem da operacionalização proposta está em permitir a inclusão de variáveis individuais e contextuais que variam no tempo. Desta maneira, os autores são capazes de considerar influências contextuais sobre a desigualdade entre brancos e não-brancos. Surpreendentemente, após considerarem variáveis macro-contextuais no modelo, a associação entre raça e as variáveis dependentes (renda e valores imobiliários) passa de negativa para positiva. A contribuição mais relevante da abordagem multinível proposta pelos autores, entretanto, está na demonstração de como operacionalizar o paradigma construtivista da raça, segundo o qual as fronteiras raciais (*racial boundaries*) são afetadas pelo contexto social, podendo portanto variar entre sociedades e através do tempo.

Permeando estes estudos está a necessidade de se conhecer o impacto que a reclassificação e a forma de coleta racial podem vir a ter sobre as conclusões derivadas de recortes raciais tidos como fixos e constantes. No Brasil, apesar da grande atenção dada ao debate sobre cotas raciais, estes estudos ainda são incipientes ou latentes. Ainda não conhecemos, por exemplo, quais seriam as consequências empíricas de se adotar uma, duas, três, ou várias medidas de coleta racial para se definir quem é branco

e quem é negro na alocação de benefícios, no retrato da desigualdade de renda, na distribuição e na dinâmica populacional. Também não sabemos o que de fato estamos comparando quando dizemos que a expectativa de vida ao nascer dos negros em 2000 é maior do que aquela observada dez anos antes já que estas comparações são claramente influenciadas pelo processo de reclassificação racial e efeitos de composição. Por fim, especulamos que haja discriminação no mercado de trabalho já que negros ganham menos do que brancos, mesmo após a padronização das características produtivas destes dois grupos, mas ainda não conhecemos ao certo o processo através do qual a discriminação ocorre. Sabemos que ela existe quando o coeficiente residual dicotômico da variável raça se mostra estatisticamente significativo, mas ainda não sabemos ao certo porque isso ocorre. Os níveis de discriminação tem diminuído para as coortes mais recentes (REIS & CRESPO, 2005), mas não se sabe ao certo o quanto desta diminuição é legítima e o quanto se deve ao efeito composição advindo da reclassificação racial. É preciso que os métodos, as pesquisas e as perguntas feitas sobre a raça evoluam para mostrar o que estamos deixando de aprender por ignorar o efeito das mudanças metodológicas e temporais no processo de (re)classificação racial. É uma agenda de pesquisa baseada no que *não* sabemos que ajudará a mudar o foco dado à raça de banal para cabal.

Para começar a se pensar a raça como multifacetada é preciso que se combinem metodologias distintas de coleta e a partir delas se construam intervalos de confiança estatística para que a incerteza de tais medidas seja incorporada. Essa prática elucidaria o tamanho da variabilidade presente no emprego de diferentes metodologias de mensuração racial e, ao mesmo tempo, incorporaria a incerteza inerente às amostras populacionais na apresentação de resultados. Além disso, a validade de medidas raciais também seria revigorada através de análises de concordância e consistência. Nesse sentido, análises similares àquelas conduzidas por Saperstein (2006) seriam bem vindas para se constatar o quanto a metodologia de coleta pode vir a influenciar a distribuição da variável de interesse. Procedimentos deste tipo aumentariam tanto a validade quanto a confiabilidade das informações sobre raça coletadas em pesquisas transversais.

Outro avanço para os que estudam raça seria avaliar o papel da reclassificação racial nas estatísticas apresentadas ao longo do tempo. Ainda não existem estudos no Brasil avaliando o quanto o acompanhamento de estatísticas fundamentadas em cortes raciais são influenciadas pela reclassificação. Sabe-se que entre 1950 e 1980, 38 por cento da população preta se reclassificou como parda (CARVALHO *et al.* 2004), mas não se sabe o impacto que isso pode ter tido na maneira como os indicadores de desigualdade, expectativa de vida, ou qualquer outro resultado socioeconômico são percebidos no tempo. O nível médio de renda dos brancos, por exemplo, pode ter aumentado entre 1950 e 1980, mas sem dados longitudinais não se pode precisar o quanto desta suposta variação de

renda é legítima e o quanto deve-se à reclassificação de pardos para brancos e de pretos para pardos. Em outras palavras, o aumento da renda dos brancos pode ter sido uma decorrência da reclassificação dos brancos mais pobres para a categoria dos pardos, ou dos pardos mais ricos para o grupo dos brancos.

Sem que dados longitudinais sejam coletados e analisados, a mensuração do impacto da reclassificação racial sobre indicadores sociais temporais associados à raça permanecerá por tempo indeterminado na agenda de pesquisa futura. Sem se conhecer a opção racial individual feita no passado não se pode conhecer como esta opção pode ter ou não se alterado no presente. Sem se conhecer estes fluxos temporais de (re)classificação, o máximo que se pode inferir sobre o processo de mudança racial são os saldos líquidos de reclassificação racial a partir da comparação entre populações projetadas e observadas, tal como feito por Carvalho *et al.* (2004), no caso do Brasil, e por Loveman & Muniz (2007), no caso de Porto Rico.

Comentários finais

A crescente inclusão da raça em estudos quantitativos tem tido um resultado paradoxal na valorização e significação que esta variável vem adquirindo como categoria e objeto de análise. Por um lado, a incorporação da raça em estudos empíricos tem contribuído para aumentar a sua importância no debate acadêmico, público e político. Por outro lado, a utilização impoderada e automatizada da variável em análises estatísticas tem contribuído para a sua superficialização e reificação. Assim, ao mesmo tempo em que a raça se torna presente no debate político, ela também se torna invisível quanto ao seu real e complexo significado. A antinomia com a qual estudiosos e usuários da variável raça se deparam é como empregar categorias raciais em suas análises de maneira simples e direta, mas sem negar os aspectos cruciais das experiências vividas e as complexidades contextuais que tornam a raça uma construção social (MARTIN & YEUNG, 2003, p. 539).

A primeira solução para este dilema seria continuar a utilizar a variável raça, mas com as usuais ressalvas: 1) Dados étnico-raciais precisam ser tratados com cuidado por causa das circunstâncias variáveis sob as quais são coletados; 2) O uso de descrições raciais podem refletir costumes, normas e tradições sociais ao invés de origens genéticas ou hereditárias. Estas ressalvas são a saída mais conveniente para contornar a antinomia da raça.

A segunda saída seria abandonar a raça como uma “categoria de análise” e passar a tratá-la como uma “categoria de prática”, tal como sugerido por Loveman (1999) e Zuberi (2008). Isso significaria a “desracialização” das estatísticas sociais e a adoção de um arcabouço teórico-analítico voltado para os processos de construção, manutenção e declínio das fronteiras raciais. Segundo Zuberi e Bonilla-Silva

(2008), a vantagem desta abordagem seria um melhor entendimento de como as desigualdades operam e são criadas entre grupos raciais: “...we suggest the need to deracialize the analysis of race matters by conducting research not on the infamous 'race effect', but on how racial stratification produces disparate outcomes among racialized groups” (ZUBERI & BONILLA-SILVA, 2008, p. 329).

A estratégia sugerida por estes autores, entretanto, tem um caráter muito mais complementar do que substituto. Perguntar porque determinado fenômeno ocorre só faz sentido após a verificação de que o fenômeno existe. Entender o que está por trás dos processos de discriminação racial e das desigualdades de renda é um passo que precisa ser dado após sabermos que as desigualdades e a discriminação de fato estão presentes. Para isso, é preciso que as categorias raciais existam e continuem a ser utilizadas como “categorias de análise”. O uso continuado de técnicas estatísticas simplifica a complexidade da raça, mas também permite que ela seja a fonte e o caminho para a identificação de desigualdades entre indivíduos. Nesse sentido, o razoamento estatístico permite que haja discriminação ao fornecer evidência da sua existência e dos seus custos sociais (GANDY, 2008, p. 306)

Empregar a raça como “categoria de prática”, ou como “categoria de análise”, é apenas uma manifestação da divisão entre os que estudam raça e dinâmicas raciais, e os que usam o conceito de raça de maneira rotineira em seus estudos. Esta divisão é um reflexo de como a raça é conceitualizada por aqueles que a *estudam* em suas pesquisas, em contraste àqueles que a *usam*, e que tendem a tratá-la como uma característica fixa (JAMES, 2008, p. 42). O embate entre estudiosos da raça e analistas raciais é mais uma questão de abordagem, prioridade, e foco dado a variável de interesse do que uma questão de incompatibilidade teórico-metodológica.

O outro ponto de tensão associado ao uso da raça em estudos quantitativos diz respeito a sua consistência e validade. Mensurar a raça é uma tarefa difícil não só porque os conceitos de cor da pele, etnia, origem, ancestralidade, nacionalidade e identidade se sobrepõem, mas também porque existem variações significantes de taxonomia. Algumas taxonomias enfatizam a ancestralidade (ex. Estados Unidos), outras etnicidade (Reino Unido e Canadá) e outras a cor da pele (Brasil) (TRAVASSOS & WILLIAMS, 2004, p. 671). É preciso estarmos cientes de que a construção de indicadores sociais por raça é uma função de como as categorias raciais são definidas. É preciso lembrar que o tamanho da desigualdade entre brancos e negros, por exemplo, é determinado através da forma pela qual instituições e organismos oficiais medem a raça. Além disso, vale lembrar que as percepções que levam alguém a escolher determinada cor variam no tempo e no espaço. Por causa destas fontes de variação, as estatísticas raciais estão profundamente inseridas em incertezas: incerteza temporal, incerteza amostral, incerteza espacial, incerteza contextual, e incerteza taxonômica. É crucial portanto que a agenda de pesquisa valorize metodologias (ex. simulações Monte Carlo, *bootstrap*, análises

comparativas) capazes de mensurar estas incertezas na apresentação e avaliação dos resultados.

Entre todas as incertezas possíveis, a única ainda imensurável no Brasil é a temporal. Devido a ausência de dados longitudinais, ainda não conhecemos o viés que o processo de reclassificação racial provoca na mensuração de resultados de interesse ao longo do tempo. Já nas demais dimensões (espacial, taxonômica, amostral e contextual), a variabilidade e a incerteza de resultados são observáveis e mensuráveis, devendo ser incorporadas nas conclusões e decisões políticas.

A questão que realmente importa não é se a raça deve ou não ser utilizada na produção de estudos quantitativos e na implementação de políticas visando a redução das desigualdades, mas sim se a variável pode ser utilizada de maneira consistente e válida. Nesse ponto, parte da consistência é assegurada pela manutenção das categorias oficiais ao longo do tempo, mas ainda é necessário que hajam estudos para se avaliar a concordância metodológica e temporal do processo de classificação racial. Ainda precisamos aprender como e o quanto a falta de concordância entre metodologias de coleta afetam o tamanho e a dinâmica da desigualdade que se quer reduzir. Antes que estes estudos sejam produzidos para informar o debate público, político e acadêmico, a raça continuará a ser vista como uma indicadora problemática de desigualdades, cujas reais consequências só se pode especular⁵.

REFERÊNCIAS:

1. **ARAÚJO, E. M., COSTA, M., HOGAN, V., ARAÚJO, T., DIAS, A., & OLIVEIRA, L.** 2009. A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. *Interface (Botucatu)* [online], 13(31): 383-394 [Acessado em 5 de março de 2010].
2. **ARAÚJO, T. C. N.** 1987. A classificação de “cor” nas pesquisas do IBGE: Notas para uma discussão. *Cad. Pesq.* 63: 14-16.
3. **ARIAS, O., YAMADA, G. & TEJERINA, L.** 2004. Education, Family Background and Racial Earnings Inequality in Brazil. *International Journal of Manpower* 25(3/4): 355-374
4. **BAILEY, S. & TELLES, E.** 2006. Multiracial versus collective black categories - Examining census classification debates in Brazil. *Ethnicities* 6(1):74-101.

5 Dez recomendações sobre como e quando utilizar a variável raça, sobretudo em estudos de saúde, podem ser encontradas em Travassos & Williams (2004).

5. **BAILEY, S.** 2008. Unmixing for race making in Brazil. *American Journal of Sociology*, 114(3): 577-614
6. _____. 2009. *Legacies of race: identities, attitudes, and politics in Brazil*. Stanford University Press.
7. **BARROS, R. & MENDONÇA, R.** 1995. Os Determinantes da Desigualdade no Brasil. In: *Texto para Discussão n. 377*. Rio de Janeiro: IPEA.
8. **BARROS, R., HENRIQUES, R.. & MENDONÇA, R..** 2002. "Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil." In: *Texto para Discussão n.857*. Rio de Janeiro: IPEA.
9. **BASTOS, J., PERES, M., PERES, K., DUMITH, S. & GIGANTE, D.** 2008. Diferenças socioeconômicas entre autoclassificação e heteroclassificação de cor/ raça. *Revista de Saúde Pública* 42(2): 324-34.
10. **BUENO, N. & FIALHO, F.** 2009. Race, Resources and Political Participation in a Brazilian City. *Latin American Research Review* 44(2): 59-83.
11. **BURTON, J., NANDI, A., & PLATT, L.** Measuring ethnicity: challenges and opportunities for survey research. *Ethnic and Racial Studies*, Primeiramente publicado em: 9 de fevereiro de 2010 (iFirst).
12. **CARVALHO, J. A. M., WOOD, C., & ANDRADE, F. C. D..** 2004. Estimating the Stability of Census-Based Racial/Ethnic Classifications: The Case of Brazil. *Population Studies* 58(3):331-43.
13. **FREYRE, G.** 1933. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schimidt.

14. **GANDY**, O. H. 2008. Being a Statistician Means Never Having to Say You're Certain. Chapter 18, pp. 295-306. In: TUKUFU Z. & BONILLA-SILVA, E. (eds.) *White Logic, White Methods: racism and methodology*. Unites States: Rowman & Littlefiled Publishers, Inc.
15. **HOLLAND**, P. W. 2008. Causation and Race. Chapter 5, pp. 93-109. In: TUKUFU Z. & BONILLA-SILVA, E. (eds.) *White Logic, White Methods: racism and methodology*. Unites States: Rowman & Littlefiled Publishers, Inc.
16. **HORTON**, H. & **SYKES**, L. 2008. Critical Demography and the Measurement of Racism: A Reproduction of Wealth, Status, and Power. Chapter 14, pp. 239-250. In: TUKUFU Z. & BONILLA-SILVA, E. (eds.) *White Logic, White Methods: racism and methodology*. Unites States: Rowman & Littlefiled Publishers, Inc.
17. **HTUN**, M. 2004. "From "racial democracy" to affirmative action: Changing state policy on race in Brazil." *Latin American Research Review* 39(1):60-89.
18. **JONES**, C. P, **LAVEIST**, T. A. & **LILLIE-BLANTON**, M. 1991. Race in the epidemiologic literature: An examination of the American Journal of Epidemiology, 1921-1990. *American Journal of Epidemiology* 134: 1079-1084.
19. **LAGUARDIA**, J. 2004. O uso da variável "raça" na pesquisa em saúde. *Physis* [online], 14(2) [Acessado em 5 de março de 2010].
20. **LESSA**, C. 2007. O Brasil não é bicolor (publicado originalmente no Valor Econômico, 25 de outubro de 2006) . In: FRY, P., MAGGIE, I., MAIO, M., MONTEIRO, S., & SANTOS, R. (eds.) *Divisões Perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
21. **LOVEMAN**, M. 1999. Is "Race" Essential? (Comment on Bonilla-Silva, ASR, June 1997). *American Sociological Review* 64(6): 891-898.
22. _____. 1999. Making "race" and nation in the United States, South Africa, and Brazil: Taking Making seriously. *Theory and Society* 28: 903-927.

23. **LOVEMAN, M. & MUNIZ, J.** 2007. "How Puerto Rico became white: Boundary dynamics and intercensus racial reclassification." *American Sociological Review* 72(6):915-939.
24. **MARTIN, J. L. & YEUNG, K..** 2003. The Use of the Conceptual Category of Race in American Sociology, 1937-99. *Sociological Forum* 18(4): 521-543.
25. **NIEMONEN, J.** 1997. The race relations problematic in American sociology: a case study and critique. *The American Sociologist* 28(1): 15-54.
26. **PAIXÃO, M. & CARVANO, L.(orgs.)** 2008. Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008 [online]. LAESER. Disponível no link: http://www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/RDR_2007-2008_pt.pdf [Acessado em 5 de março de 2010]..
27. **PENNER, A. & SAPERSTEIN, A.** 2008. How social status shapes race. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 105(50): 19628-19630.
28. **RAMOS, L. & VIEIRA, M.** 2000. Determinantes da desigualdade de rendimentos no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores", pp. 159-176. In: HENRIQUES, R. & BARROS, A. (eds.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
29. **REIS, M. C. & CRESPO, A. R. V.** 2005. Race discrimination in Brazil: an analysis of the age, period and cohort effects. Texto para discussão IPEA no. 1114. Rio de Janeiro, RJ.
30. **REITHER, Eric N., HAUSER, R. M., & YANG, Yang.** 2009. Do birth cohorts matter? Age-period-cohort analyses of the obesity epidemic in the United States. *Social Science & Medicine* 69: 1439–1448.
31. **RIBEIRO, C. A. C.** 2009. *Desigualdade de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm.

32. **SAPERSTEIN, A.** 2006. Double-Checking the Race Box: Examining Inconsistency between Survey Measures and Observed and Self-Reported Race. *Social Forces* 85(1): 57-74.
33. _____. 2008. "(Re)Modeling Race: Incorporating Racial Theory into Survey Research on Inequality." PhD Dissertation in Sociology and Demography, University of California, Berkeley.
34. **SAPERSTEIN, A. & SYKES, B.** 2008. "What You See and What She Gets: Isolating the Effect of Inconsistent Racial Classification on Women's Earnings and Income." Pp. 57-74 in *Population Association of America Annual Meeting*. New Orleans, April 17-19.
35. **STEWART, Q.** 2008. Swimming Upstream: Theory and Methodology in Race Research. Chapter 6, pp. 111-126. In: TUKUFU Z. & BONILLA-SILVA, E. (eds.) *White Logic, White Methods: racism and methodology*. Unites States: Rowman & Littlefiled Publishers, Inc.
36. **SIMÕES, S. & JERONYMO, M.** 2007. "Quem é negro no Brasil? Identidade racial e sistemas de classificação em uma sociedade miscigenada" em Neuma Aguiar (org.), *Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política*, Editora UFMG, Belo Horizonte, pp. 119- 138.
37. **TELLES, E.** 2004. *Race in another America: the significance of skin color in Brazil*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
38. **TELLES, E. & LIM, N.** 1998. "Does it matter who answers the race question? Racial classification and income inequality in Brazil." *Demography* 35(4):465-474.
39. **TELLES, E. & SUE, C. A.** 2009. Race Mixture: Boundary Crossing in Comparative Perspective. *Annual Review of Sociology* 35: 129-46.
40. **THEODORO, M.** (org.) 2008. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA.

41. **TRAVASSOS, C. & WILLIAMS, D.** 2004. The concept and measurement of race and their relationship to public health: a review focused on Brazil and the United States. *Cadernos de Saúde Pública* 20(3): 660-678.
42. **WILLIAMS, D. R.** 1994. The concept of race in *Health Services Research: 1966 to 1990*. *Health Services Research* 29: 261-274.
43. **ZUBERI, T.** 2001. *Thicker than Blood: How Racial Statistics Lie*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
44. _____. 2008. Deracializing Social Statistics: Problems in the Quantification of Race. Chapter 7, pp. 127-134. In: TUKUFU Z. & BONILLA-SILVA, E. (eds.) *White Logic, White Methods: racism and methodology*. Unites States: Rowman & Littlefiled Publishers, Inc.